

Ciências sociais querem entrar no MIT-Portugal

Universidades portuguesas criam consórcio com o Departamento de Estudos Urbanos e Planeamento do Instituto de Massachusetts

A criação do Instituto Europeu de e-Planning, de um programa de doutoramento e de um centro português de excelência nesta área, que relaciona as tecnologias de informação e comunicação com o planeamento, são as principais propostas de um consórcio de quatro universidades portuguesas e um instituto politécnico na área das ciências sociais, que pretende participar no acordo recentemente firmado entre o Governo e o MIT.

A iniciativa inclui ainda um Laboratório de Tecnologia para as Ciências Sociais e Políticas. E afirma que o objectivo é transformar o Programa de e-Plan-

ning português “numa referência a nível mundial”.

As instituições envolvidas no projecto são o Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPP), o Instituto de Ciências Sociais (ICS), a Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova, a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, a Universidade de Aveiro e o Instituto Politécnico de Viana do Castelo. O MIT participa através do seu Departamento de Estudos Urbanos e Planeamento.

As negociações formais deverão começar em breve e Pedro Ferraz de Abreu, investigador português deste departamento do Massachusetts Institute of Technology e porta-voz do consórcio, reconhece que as áreas da engenharia e da gestão contempladas no Programa MIT-Portugal “são fundamentais para o desenvolvimento tec-

nológico”, mas defende que “a tecnologia passa também pelas ciências sociais, aspecto que é, aliás, focado nas primeiras páginas do relatório final do MIT sobre o programa de colaboração com o nosso país”. O documento sugere mesmo que “o projecto na área do «e-Planning» seja objecto de análise, depois do lançamento do programa inicial”.

O próprio Plano Tecnológico refere-se também ao assunto, ao falar em objectivos como “a Internet ao serviço de uma nova cidadania”, “a simplificação e eficiência dos instrumentos de planeamento” ou “a democracia electrónica”. E diz que é necessário utilizar as tecnologias de informação e comunicação “como um instrumento normal para promover o acesso dos cidadãos à informação, à educação, ao trabalho e à participação na vida pública”, bem como assegua-

rar a transparência, simplicidade e eficiência “dos actos da administração pública relevantes para os cidadãos e empresas”.

A proposta do Programa de e-Planning identifica cinco pro-

PROPOSTAS

- Criação de um Instituto Europeu de e-Planning, com sede em Portugal
- Organização de um Laboratório de Tecnologia para as Ciências Sociais e Políticas
- Lançamento de um Centro Português de e-Planning com o apoio de entidades públicas e privadas

blemas em Portugal: lacunas no planeamento da infra-estrutura do conhecimento, Administração Pública deficiente, necessidade de repensar o papel do Estado e das políticas públicas, perda de competitividade das cidades, incluindo Lisboa, e fraca participação dos cidadãos. Por isso, aposta em cinco áreas fundamentais — infra-estrutura do conhecimento, governo do futuro («e-government»), nova governação («e-governance»), cidade do futuro (e-city) e nova cidadania («e-citizenship»).

“Sem a compreensão dada pelas ciências sociais dos mecanismos de assimilação da tecnologia e do seu impacto na sociedade, não é possível aproveitar plenamente os seus benefícios e podem mesmo existir efeitos perversos, como a exclusão social ou novos desequilíbrios sociais”, afirma Pedro Ferraz de Abreu. V.A.